



AEPET

NOTÍCIAS

Rio de Janeiro Ano 40 n° 365 - dezembro / 2009

IMPRESSO ESPECIAL
CONT. N° 9912179595
ECT/DR/RJ
AEPET



Informativo Oficial da Associação dos Engenheiros da Petrobrás

BASTA DE LEILÕES DO NOSSO PETRÓLEO!

O deputado Brizola Neto encaminhou pedido da AEPET pelo fim dos leilões. O senador Renan Calheiros também se comprometeu a encaminhar pedido contra os leilões

O presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, tem feito, em média, quatro palestras por semana, em diversos estados brasileiros (Norte a Sul). No dia 14/10/09, ele proferiu palestra na Audiência Pública da Comissão Especial da Câmara dos Deputados que discute os quatro projetos apresentados pelo Governo Federal para uma nova legislação do setor petróleo. Na oportunidade, Siqueira destacou que um dos pontos negativos das propostas do Governo Federal é a permanência dos leilões em diversos pontos dos projetos de lei. A AEPET encaminhou emendas contra tais leilões, mas não foram acatadas, antes que os projetos fossem apreciados em Plenário.

O Projeto de Lei 5939/09, que propõe a criação de uma nova estatal, foi o único até agora aprova-

do pelos deputados. No dia 24/11/09, a pauta foi trancada depois que o governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, se destemperou diante da proposta de vários parlamentares sobre a democratização na distribuição dos "royalties" do petróleo para as áreas do Pré-Sal, durante sessão da Câmara que discutia os projetos 5938/09 e 5941/09, respectivamente regime de partilha e União ceder áreas do Pré-Sal à Petrobrás.

No dia 25/11/09, o deputado Brizola Neto (PDT-RJ), encaminhou oficialmente pedido da AEPET para que se levasse à votação no Plenário da Câmara, emenda contra a permanência dos leilões de nossas áreas petrolíferas. Esta emenda compunha um conjunto de outras apresentadas pela AEPET no âmbito das discussões das Comissões Especiais da Câmara, antes de ir à



votação do Plenário, mas foram rejeitadas. O PL do modelo de partilha prevê a realização de leilões.

De acordo com Fernando Siqueira, o deputado Brizola Neto, após discussão com a bancada de seu partido, aprovou a apresentação de uma "proposta de banca-

da" para pôr fim aos leilões, notadamente no Pré-Sal, que será votada em breve na Câmara dos Deputados. "O deputado Brizola Neto entendeu a importância estratégica da proposta", avaliou Siqueira.

Continua na pág.3

ACT 2009: "COM DISCRIMINAÇÃO, NÃO HÁ ACORDO"

Em concorrida Assembleia, aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás rejeitam a 3ª proposta da direção da Empresa

Centenas de aposentados e pensionistas do Sistema Petrobrás lotaram auditório da Associação Cristã de Moços (ACM), em Assembleia realizada no dia 01/12/09. O encontro teve por objetivo apreciar e rejeitar a 3ª proposta da Petrobrás, apresentada no dia 23/11/09, no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho 2009 (ACT 2009). O encontro foi convocado pelo Sindipetro-RJ e sua Secretaria dos Aposentados e Pensionis-

tas, em conjunto com outras entidades de petroleiros, entre elas, AEPET, AMBEP (Associação dos Beneficiários-Mantenedores da Petros), FENASPE (Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Anistiados do Sistema Petrobrás e Petros) e suas afiliadas, APAPE (Associação Nacional dos Participantes da Petros).

O deputado estadual Paulo Ramos (PDT) e seu assessor e petroleiro aposentado, Renan Lacerda, prestigiaram o encontro. Na oportunidade o parlamentar carioca manifestou sua solidariedade aos aposentados e reafirmou seu compromisso de deixar seu mandato a dis-

posição dos petroleiros. Ele destacou que, não obstante as táticas da Empresa para manter a divisão entre ativos e aposentados, a categoria deve envidar esforços pela unidade. "Recebi a notícia de que, em algumas unidades, os ativos já estão se manifestando e rejeitando a proposta da Petrobrás". "Não é possível que a Petrobrás continue adotando um modelo que aniquila com ela. A Empresa é um orgulho nacional". Ele destacou que petroleiros são todos (ativos e aposentados), portanto o tratamento deve ser isonômico.

Os petroleiros, na referida Assembleia, após debates, conclu-

íram que a 3ª proposta da Empresa, a exemplo das anteriores, é lesiva aos empregados ativos e aposentados, pois mantém o reajuste de 4,36% para as tabelas salariais e oferece aos empregados da ativa outras remunerações que não contemplam os aposentados e pensionistas. Contra tal discriminação, entre outros riscos, como, por exemplo, a perda da Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS), os aposentados e pensionistas rejeitaram por unanimidade a proposta da Petrobrás e decidiram ampliar as manifestações em outros estados da federação.

Continua na pág. 3

POR UM 2010 DE MAIS VITÓRIAS

A AEPET conclama seus sócios e todos os brasileiros a enviar mensagens aos parlamentares e a promoverem mobilizações para barrar os leilões do nosso petróleo. Desejamos a todos Boas Festas e que em 2010 consigamos obter mais significativas vitórias em prol do Brasil e dos brasileiros.

2

OS DOUTORES HONORIS SEM CAUSA

A empresa que construímos ao longo de 44 anos, enfrentando e superando todos os tipos de dificuldades técnicas, políticas e financeiras, tinha atingido o auge de seu amadurecimento gerencial e amplo domínio na sua "expertise", se descaracteriza com o novo marco legal.

4

"FAIXA LIVRE" COMEMORA SEUS 15 ANOS

2



Editorial

POR UM 2010 DE MAIS VITÓRIAS

Em 2009, a AEPET, dentro das suas possibilidades, atuou em diversas frentes de luta. Entre elas, se destacam: a defesa de uma nova legislação do setor petrolífero em benefício da Nação brasileira; as diversas palestras que têm sido feitas pelos diretores da entidade em diversos fóruns, inclusive no Congresso Nacional; os encontros com parlamentares, objetivando subsidiá-los de dados para que o Brasil não perca a oportunidade única de se tornar, de fato, uma Nação desenvolvida e socialmente justa, notadamente com a descoberta do Pré-Sal pela Petrobrás; o empenho da AEPET no âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho 2009, onde seus diretores atuaram firmemente na defesa do corpo técnico da Empresa (ativos, aposentados e pensionistas). A Entidade manifestou seu firme repúdio às propostas discriminatórias apresentadas pela Gerência de Recursos Humanos da Petrobrás, bem como contra possíveis ações que visem retirar dos petroleiros a Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS). Merece destaque, também, o firme apoio do deputado Brizola Neto em apresentar "proposição de bancada" que vise impedir a continuidade dos perniciosos leilões da ANP; a atuação do deputado estadual Paulo Ramos e seu assessor e petroleiro aposentado Renan Lacerda, na defesa de um ACT 2009 sem discriminação entre ativos e aposentados. A AEPET convida seus sócios e todos os brasileiros a enviar mensagens aos parlamentares e a promoverem mobilizações para barrar os leilões do nosso petróleo. Desejamos a todos **Boas Festas** e que em **2010 consigamos obter mais significativas vitórias em prol do Brasil e dos brasileiros.**

Expediente

AEPET - Associação dos Engenheiros da Petrobrás
Tel.: 21 2533-1110 - Fax: 21 2533-2134
Av. Nilo Peçanha, 50 /2409 - Centro/RJ

Presidente: **Fernando Siqueira**
Vice-Presidente: **Pedro da Cunha Carvalho**
Diretor Administrativo: **Henrique Soloma**
Vice-Diretor Administrativo: **Gilbert Prates**
Diretor de Comunicações: **Roldão Marques Fernandes**
Vice-Diretor de Comunicações: **Diomedes Cesário da Silva**
Diretor de Assuntos Jurídicos: **Paulo Teixeira Brandão**
Vice-Diretor de Assuntos Jurídicos: **David Garcia de Souza**
Diretor de Pessoal: **Silvio Sinédino Pinheiro**
Vice-Diretor de Pessoal: **Ronaldo Tedesco Vilardo**
Diretor Cultural: **João Victor Campos**
Vice-Diretor Cultural: **Felipe Campos Cauby Coutinho**

Conselho Fiscal

Efetivos: Ricardo Maranhão, Arthur Martins, Ricardo Latgé
Suplentes: Clemente F. da Cruz, Hamílcar Beviláqua Neto, Clovis C. Rossi

Núcleos

Aepet-Bahia: Admilson Quintino Sales / **Aepet-BR:** Adalberto César P. Costa / **Aepet-Macacé:** José Carlos L. de Almeida / **Aepet-NS:** Solon Mauro S. Fagundes / **Aepet-SE/AL:** Francisco Alberto Cerqueira de Oliveira

Delegados

Juiz de Fora: Murilo Marcatto / **Espirito Santo:** Paulo W. Magalhães - **S. José dos Campos:** Clemente F. da Cruz / **Curitiba:** Ernesto G. R. de Carvalho / **Pernambuco:** Adelmo José Leão Brasil / **Brasília:** Vebcino Tonietto

Redação

Jornalista Responsável: José Carlos Moutinho (Mtb 24460)
Reportagem: José C. Moutinho / Julio César Lobo
Fotografia: Alessandra Bandeira
Projeto Gráfico: Marta P. Guimarães - magainter@globo.com
Arte / Ilustração: Alessandra Bandeira
Diagramação: Alessandra Bandeira
Impressão: Mestre Artes Gráficas
Tiragem: 20 mil exemplares
Correio Eletrônico: aepet@aepet.org.br
Permitida a reprodução na íntegra ou em parte, desde que citada a fonte

Continuação da pág 1

ACT 2009: "COM DISCRIMINAÇÃO, NÃO HÁ ACORDO"

Como continuidade da Assembleia, os petroleiros realizaram uma manifestação em frente ao Edifício-Sede da Petrobrás, no Centro do Rio de Janeiro, para protestar contra as propostas discriminatórias apresentadas pela direção da Empresa.

Para o coordenador-geral do Sindipetro-RJ, Emanuel Cancelli, uma das propostas dos petroleiros é evitar que haja demissões e punições por parte da Empresa. "O que a Petrobrás quer repassar para os aposentados e pensionistas é uma merreca. O reajuste da Empresa aos petroleiros aposentados deve procurar manter até 90% dos recursos que receberiam na ativa". Ele destacou, ainda, que o Sindipetro-RJ se orgulha de ter sido vanguarda na luta contra a disparidade entre ativos e aposentados.

Nesse sentido, ele relatou diversas iniciativas históricas e recentes do Sindicato, em defesa do seu corpo técnico (ativos, aposentados e pensionistas).

Foi destacada a ocupação, por 18 dias, do Edifício Torre do Almirante (Edita), em novembro, último, contra as discriminações no ACT 2009.

O vice-presidente da AEPET, Pedro Carvalho, destacou que a AEPET, embora não seja um sindicato, está engajada nesta luta, pois a entidade procura batalhar naquilo que é direito para os seus associados e por aqueles que integram o Sistema Petrobrás. "A discriminação que vem sendo feita pela área de Recursos Humanos da Petrobrás em relação aos aposentados e pensionistas também prejudica os empregados da ativa. Ao invés de dar o reajuste real ao pessoal da ativa, a Petrobrás está usando de artifícios, como, por exemplo, bônus, remuneração variável, como a RMNR (Re-

muneração Mínima por Nível e Regime), e criando, inclusive, divisão entre os próprios ativos".

Carvalho destacou, por exemplo, que quem for admitido a partir de 1º de janeiro de 2010, terá que cumprir a carência de 10 anos na Petrobrás para poder ter direito à AMS, após aposentadoria. "Isso já é uma outra discriminação", destacou o vice-presidente da AEPET.

Conclamando a todos a ampliar e manter as manifestações, informou que empregados da ativa, em Macacé, estão manifestando contrariedade em relação a atual política de RH da Petrobrás. "Os ativos não querem mais aceitar RMNR e outros bônus. Eles querem aumento real na tabela salarial".

O diretor de Assuntos Jurídicos da AEPET, Paulo Teixeira Brandão, saudou a presença de todos àquela assembleia e destacou que a mobilização foi muito importante, inclusive para os atos futuros em defesa do corpo técnico da Petrobrás. "A proposta da Empresa mantém a discriminação entre ativos e aposentados. Tal proposta deve ser reprovada pelos aposentados e pensionistas, bem como pelos empregados da ativa". Ele destacou, também, que é necessário iniciar uma grande mobilização nacional em defesa do corpo técnico da Empresa.

O diretor da AMBEP, Walter Villela Vieira, disse que a Petrobrás vem prejudicando ativos e aposentados com reajustes que não incorporam os salários. "Não vamos aceitar acordos coletivos dessa forma. Vamos persistir na luta".

O diretor do Sindipetro - Litoral Paulista, Rivaldo Ramos, lem-

brou que as distorções salariais que hoje persistem teve início no governo FHC. "O governo Lula, no primeiro acordo coletivo, nos assustou ao propor reajustes diferenciados". Ele destacou a importância de persistir na mobilização, tendo em vista que elas estão crescendo e contribuindo na conscientização da categoria.

O membro da Secretaria dos Aposentados do Sindipetro-RJ, Paulo Moreira, alertou aos presentes que a Petrobrás fará uma reunião entre as entidades representativas de petroleiros para discutir sobre a AMS. O petroleiro alerta que alguma alteração na AMS virá e a categoria deve estar atenta sobre o teor das decisões que podem ser prejudiciais aos empregados ativos e aposentados, tendo em vista que a Empresa tem acatado pressões de acionistas, a exemplo do que ocorreu com o processo de "repactuação" do Plano Petros.

O conselheiro da Petros e também membro da Secretaria de Aposentados do Sindipetro-RJ, Roberto Ribeiro, destacou que a categoria deve continuar rejeitando as propostas da Petrobrás, caso continue haver discriminação aos aposentados e ativos. "Com discriminação, não há acordo. Se não conseguirmos recuperar nenhum índice para os aposentados, seja a negociação dos níveis referentes a 2004, 2005 e 2006; se não conseguirmos recuperar as perdas [23%] que os ativos têm direito desde 1994; se não conseguirmos incluir a RMNR como ganho real, seremos discriminados mais uma vez", asseverou Ribeiro.

Texto e foto: José Carlos Moutinho



15 ANOS DO "FAIXA LIVRE"

O programa "Faixa Livre" (Rádio Bandeirantes, 1360 kHz AM-Rio) comemorará seus 15 anos de existência no dia 07 de dezembro próximo, às 18 horas, no auditório do Corecon-RJ (Conselho Regional de Economia, seccional Rio de Janeiro), à Av. Rio Branco, 109 - 16º e 19º andares - Centro - Rio de Janeiro - RJ. Todos estão convidados a compartilhar desse momento especial, que realizará um bate-papo informal sobre a trajetória ininterrupta do programa que é patrocinado, desde 1994, por diversas entidades da sociedade brasileira. Na oportunidade, serão homenageados os idealizadores do programa: o presidente da AEPET, Fernando Leite Siqueira, e a professora e dirigente nacional do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Zuleide Faria de Melo. **(Redação)**



BASTA DE LEILÕES DO NOSSO PETRÓLEO!

Para o presidente da AEPET, esta proposta "é fundamental, pois o projeto do governo está quase bom, a menos a continuidade dos leilões. Se persistir a realização de leilões, o governo abrirá ainda mais o País para a entrada de empresas multinacionais, notadamente as 'Big Oil', que explorarão o Pré-Sal açodadamente, resultando no fim do Pré-Sal em treze anos, no momento em que os preços do barril de petróleo estarão em alta, tendo em vista o terceiro choque mundial de produção de petróleo".

Semelhante proposta, Siqueira enviou para o Senado Federal. O senador Renan Calheiros gostou da ideia e disse que esta será uma de suas bandeiras no Senado.

"Os leilões, além de acabar com o Pré-Sal precocemente, ainda há o problema da entrada de dólares em função da exportação do petróleo, resultando na chamada 'Doença Holandesa'. Ou seja, com a sobrevalorização do real haverá a quebra de várias empresas. Há ainda a questão do governo ter que aplicar esses recursos em títulos do Tesouro norte-americano. Agravado ainda pelo fato dos juros negativos e do dólar que está se deteriorando, não sendo mais a moeda aceita pelas nações. A verdade é que o dólar não tem lastro nenhum. Os EUA emitem a moeda e criam um poder de compra a partir do zero, sem fazer sacrifício. Assim, eles compram os bens dos outros países. Então, é uma simetria inexplicável", explicou Siqueira.

Nesse quadro, é muito mais negócio o governo manter o petróleo no subsolo e produzindo de acordo com as necessidades do Brasil do que retirar todo o petróleo para aplicar em uma moeda em crise. "O petróleo estando no subsolo nacional será muito mais valorizado", reforçou Siqueira.

Ele lembrou, ainda, que a defesa dos leilões está no arcabouço de falácias dos lobistas do setor privado, notadamente das multinacionais, como argumento de

que a Petrobrás não terá capacidade financeira para suportar a produção do Pré-Sal. "Tais argumentos é uma mentira. O grupo Goldman Sachs, por exemplo, considerou, recentemente, a Petrobrás uma das dez empresas mais viáveis do mundo e a mais viável dentre as empresas petrolíferas, tendo em vista ter sido a descobridora do Pré-Sal". Ou seja, não há nenhuma necessidade de se realizar leilões.

Petrobrás venceu todos os desafios tecnológicos

Do ponto de vista tecnológico, o engenheiro destacou que a Petrobrás está na vanguarda, não havendo qualquer necessidade de que empresas estrangeiras tragam inovações. Para Siqueira, os três gargalos tecnológicos da produção no Pré-Sal são a perfuração [cerca de 7 mil metros], a completação submarina e a linha flexível.

A Petrobrás foi a primeira que criou a demanda, que se arriscou na exploração em águas profundas, e venceu todos os desafios junto com outras empresas. "No Pré-Sal, de início, houve uma surpresa, em vista de que as camadas são gelatinosas, e não rígidas, como se pensava. Devido a isto, demorou um ano para furar o primeiro poço, que resultou num gasto de 260 milhões de dólares. Hoje, a perfuração está custando 60 milhões de dólares. Então, foi a Petrobrás quem criou esta nova fronteira".

Com relação a completação submarina, que é um jogo de válvulas instaladas no fundo do mar, Siqueira destacou que a Petrobrás, através do Cenpes (Centro de Pesquisas) e o corpo técnico em Macaé, fez um rearranjo total desses equipamentos e melhorou consideravelmente. A Petrobrás transferiu esta tecnologia para as demais empresas fornecedoras nacionais e internacionais, que por sua vez difundiram para todas as petrolíferas.

Siqueira destaca, ainda, que assim como as empresas de perfuração não são petrolíferas, mas prestadoras de serviços, também os

fornecedores da completação submarina e da linha flexível contaram com a ajuda técnica da Petrobrás para o desenvolvimento da tecnologia – isolamento da linha, tendo em vista a baixa temperatura [4º] no fundo do mar e evitar o congelamento do petróleo. A Petrobrás melhorou o sistema de malha de aço, para sustentar o peso entre outras tecnologias desenvolvidas pela Empresa, em comum acordo com as fornecedoras. No entanto, a Petrobrás não fornece nenhum desses equipamentos, que são comprados no mercado internacional daquelas empresa que a Petrobrás ajudou a desenvolver as tecnologias. Por sua vez, elas não fornecem só para a Petrobrás, mas para todas as petrolíferas nacionais e estrangeiras.

Assim, o argumento dos lobistas sobre limitação tecnológica se mostra infundado. No entanto, completa Siqueira, se for uma Shell, uma Exxon entre outras multinacionais, elas estarão intermediando uma tecnologia que a Petrobrás desenvolveu com as empresas fornecedoras. Então, não há novidade nenhuma em trazer empresas de fora, pois elas contratarão os serviços das mesmas empresas que fornecem para a Petrobrás. Sendo que a estatal brasileira sabe usar, melhor que as demais, essa tecnologia que ela ajudou a desenvolver. A Petrobrás é uma empresa estatal, onde a União Federal tem 57% das ações com direito a voto, bem como tem 20% das ações em posse de brasileiros. Por outro lado, as demais empresas privadas são 100% estrangeiras, com 100% de ações no exterior.

Não há nenhuma vantagem econômica ou tecnológica em se manter os leilões. Além de todas as vantagens que foram citadas pelo presidente da AEPET, não há nenhum ponto a favor da continuação dos fatídicos leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

(JCM)

Simulação demonstra efeito pernicioso dos leilões

O delegado da AEPET – Rio Grande do Sul, Raul Bergmann fez uma simulação que demonstra mais um efeito pernicioso da continuidade dos leilões. O presidente da AEPET, Fernando Siqueira, saudou a iniciativa e distribuiu para os parlamentares tomarem conhecimento.

Premissas:

- 1) continuidade dos leilões;
- 2) Preço do barril de petróleo: US\$ 70,00;
- 3) custo de extração do petróleo: US\$ 30,00 por barril;
- 4) à União caberá 80% do óleo lucro.

Consequências:

- 1) o consórcio receberia 43% da produção, em óleo para remunerar o custo de extração, ou seja, US\$30-custo de produção/US\$70-custo do barril;
 - 2) os royalties de 15% serão pagos aos estados e municípios em reais e o consórcio/produzidor receberá o correspondente em óleo – emenda do relator;
 - 3) 20% do óleo/lucro caberá ao consórcio. Ou seja, (100% - 43% - 15%) 20% = 8,4%.
- Assim teríamos: do petróleo produzido, o consorcio ficaria com 43+15+8,4, ou seja, 66,4%. Portanto, caberiam à União apenas 33,6%.

Geopolítica do Petróleo

APAGÃO: OS MILITARES NÃO CONTAVAM COM A SORTE



Espanta-me como pessoas com bastante discernimento chegam a conclusões simples como "tal apagão foi devido à queda de raios e tal outro foi devido à estiagem", pois quedas de raios e estiagens são causas diretas, mas não as únicas, nem as primeiras ou as mais importantes.

Toda vez que leio simplificações da realidade deste tipo, o artigo "Angleterre, crise totale", de abril de 2001, de Ignacio Ramonet, do "Le Monde Diplomatique" vem à minha mente.

Ele dizia que a epidemia de febre aftosa que se espalhava, naquela época, pelos campos britânicos, como toda epidemia, era consequência de um momento histórico preciso e não era por coincidência que estava acontecendo dentro de uma Inglaterra que foi utilizada, durante mais de vinte anos, como laboratório do ultraliberalismo. Ramonet dizia também que as decisões que permitiram, além de febre aftosa, a doença da vaca louca, inundações, regiões bloqueadas sobre a neve sem eletricidade, catástrofes ferroviárias etc., foram tomadas conscientemente e se basearam em dogmas neoliberais precisos, como a desregulamentação. Segundo ele, nos anos 80, em governos da Sra. Margaret Thatcher, deu-se as costas ao princípio da precaução e aniquilou-se a rede nacional de atendimentos veterinários. Posteriormente, eliminou-se, por algum tempo, até a vacinação de animais.

Analisando os mais recentes apagões brasileiros com os olhos de Ramonet, vamos verificar que a causa última explicativa dos mesmos é o próprio modelo introduzido nos anos 90 e que não foi reformado, mas só mitigado, nos anos 2000. Casualmente, é também um modelo neoliberal. Considerando o período em que os militares estiveram no poder, de 1964 a 1985, verificamos que o modelo e a gestão do setor elétrico do país nesta época, quando houve grande expansão da capacidade instalada, não gerou nenhum apagão. Então, comparar os dois modelos deve ser revelador.

O atual modelo, diferentemente do anterior, permite uma bruta transferência de dinheiro dos consumidores e do setor público para o setor privado, basicamente o distribuidor da eletricidade. O setor privado grande consumidor de eletricidade também está sendo muito beneficiado pelo atual modelo, mas já o era no anterior. Os consumidores são penalizados, hoje, com uma das tarifas mais caras do planeta, além de estarem sendo roubados pelo novo modelo, há alguns anos, no cálculo das tarifas, como foi descoberto recentemente.

Finalmente, o setor público com o novo modelo está impossibilitado de gerar grandes receitas como no modelo anterior, que ajudava sobremaneira a expansão do sistema.

Existia uma acusação frequente ao modelo antigo, que consistia das obras terem sempre preços acima daqueles que poderiam ser considerados como justos. Se o novo modelo procurou corrigir este fato, o fez da pior forma possível, pois trocaram os agentes econômicos beneficiados e a sociedade foi muito penalizada, com o alto custo da energia e a baixa confiabilidade do seu fornecimento. Existiam outras formas de forçar o barateamento das obras hidroelétricas, bastando consultar a COPEL.

Se o Estado brasileiro permite estas transferências socialmente criminosas, ele não está capacitado para exigir dos agentes do setor confiabilidade no fornecimento. O setor está todo comprometido com o lucro dos entes privados e a garantia de maior confiabilidade no suprimento requer investimentos que diminuam o lucro. Para ser entendida a falta de compromisso atual, os dirigentes do setor na época dos militares eram técnicos do gabarito de Mario Bhering, John Cotrim e Camilo Penna, ou seja, os militares não contavam com a sorte para garantir o suprimento.

Hoje, os dirigentes são políticos do PMDB, muitos estranhos ao setor, a menos do professor Pinguelli Rosa, que, por um breve período, esteve no comando da Eletrobrás e foi exonerado por "não ter voto", segundo dizem que o presidente Lula teria afirmado à época. Se este fato for verdadeiro, o presidente nunca fez uma avaliação tão errada, porque o professor realmente não tem votos da população como muitos políticos profissionais do PMDB, mas o professor iria continuar impondo uma administração no setor que ia reduzir drasticamente a probabilidade de apagão, e este, sim, tira muitos votos.

Assim, o que justificou o apagão de eletricidade não foram raios, seca etc., todas causas secundárias, mas um apagão de racionalidade social no modelo introduzido no setor elétrico.

Paulo Metri é Conselheiro da Federação Brasileira de Associações de Engenheiros -publicado originalmente: Correio da Cidadania - 17-Nov-2009.



ASSISTA



Assista ao programa Debate Brasil em sua cidade. Para saber os dias e horários de transmissão acesse www.aepet.org.br Ou assista a qualquer hora o programa em seu computador na nossa página.

Você pode superar mais essa barreira: o medo de falar da violência. Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher.



Ligue 180

OUÇA



Programa FAIXA LIVRE
Ouça agora na internet
Rádio Bandeirantes
1360 kHz AM
De segunda a sexta
das 8h às 10h
Ou escute o programa qualquer dia ou qualquer hora na página da AEPET: www.aepet.org.br

4



OS DOUTORES HONORIS SEM CAUSA

Sylvio Massa de Campos *

A senadora e Secretária de Estado Hillary Clinton, em memorável artigo "Tempo de Agradecer" (revista Manchete, 9/12/1995), dirigindo-se aos americanos, esclarecia que o bem estar deles e a longevidade alcançada tinham origem, "em grande parte porque milhões de outros povos pagam o preço pela vida que aproveitamos hoje". Por essa razão, pedia mais parcimônia nas exigências de aumento de outras vantagens.

Em 3 de novembro de 2009, os poucos líderes sindicais do Rio de Janeiro e de outros estados, que ainda resistem compactuar com o poder, ocuparam por 15 dias uma das sedes da Petrobrás como expressão de indignação às propostas da Empresa sobre níveis salariais, de não equivalência de valores entre ativos e aposentados de restrições ao Plano de Saúde (AMS).

A Petrobrás, classificada como a terceira maior empresa das Américas, com patrimônio atual de US\$205 bilhões, se nega a reconhecer, respeitar e fazer cumprir os contratos de trabalho assinados à época da constituição do Fundo de Pensão (Petros), utilizando espúrios instrumentos de enganação, manchando uma tradição de seriedade na relação com os seus empregados e aposentados.

Há 13 anos, os verdadeiros

construtores da atual Petrobrás - os aposentados- lutam com cerca de 30 mil ações na Justiça em busca de seus direitos. Deixar o tempo correr, recorrer com artifícios jurídicos protelatórios, apresentar novos planos, é a vil estratégia utilizada pela Direção da Petrobrás, torturando a alma e o corpo e encolhendo o tempo de vida que lhes resta.

Em 1997 a Lei 2004 foi extinta e promulgada a Lei 9478. Esse foi o início do fim da Petrobrás que construímos. A síntese desse momento pode ser traduzida na sentença do ex-presidente da ANP, David Zilbersztayn:

"O petróleo agora é vosso", disse ele ao celebrar o advento da era de doações dos bens públicos, que foi a característica do governo Fernando Henrique Cardoso.

A empresa que construímos ao longo de 44 anos, enfrentando e superando todos os tipos de dificuldades técnicas, políticas e financeiras, tinha atingido o auge de seu amadurecimento gerencial e amplo domínio na sua "expertise", se descaracteriza com o novo marco legal. Deixa de ter exclusivamente objetivos nacionais e transmuta-se em "Papel de Bolsa", com mais de 80% de suas ações comercializadas na Bolsa americana (NYSE).

Surge então um novo endereço para as decisões da Empresa.

Hoje os 400.000 norte-america-

nos que hoje detêm ações da Petrobrás na Bolsa de Nova Iorque - 40% de ações ordinárias e 61% de ações preferenciais - passam a exigir, entre outras coisas, redução nos custos de pessoal, migração para planos de aposentadoria redutores dos benefícios e cortes substanciais nos planos de saúde. Esperam, como contrapartida, crescentes dividendos e juros para os seus papéis, o que é a lógica de remuneração e valorização desses investimentos.

O total de investidores na Bovespa (São Paulo), em todas as aplicações mobiliárias, aproxima-se de 550.000 pessoas, situando-se os papéis da Petrobrás e da Vale entre os fatores principais de valorização da Bolsa.

De novo é "Tempo de Agradecer" face à perspectiva da Petrobrás vir a ser a gestora do Pré-Sal e não movimentar-se para a recompra daqueles papéis, aplicando parte das Reservas Internacionais, com rendimento nulo, em suas próprias ações, beneficiando-se, assim, de rendimentos reais e evitando a ingerência externa em sua administração.

A família de aposentados e pensionistas da Petrobrás é de 60.000 participantes, que lutam na Justiça para fazer valer seus contratos de trabalho incorporados ao Fundo de Pensão (Petros), à época de suas vidas laborativas e que

vêm sendo ostensivamente desrespeitados.

"YES, a Petrobrás também é minha", esse é o slogan divulgado pelo blog da Petrobrás "Fatos e Dados" (01/10/2009) referindo-se à matéria publicada na revista Exame (nº 953), onde destaca o inusitado acontecimento vivido pelo alto executivo da Petrobrás ao chegar no aeroporto JFK ser reconhecido e identificado, numa forma de aplauso, por um modesto funcionário norte-americano, que, talvez, por ser investidor da Petrobrás, fareja os seus novos padrinhos.

Esse alto funcionário da Petrobrás - feliz - conclui suas declarações a revista Exame dizendo:

"O contraste com o que acontecia antes é grande. Há alguns anos, muitos investidores estrangeiros não sabiam o que era a Petrobrás. Várias vezes ouvi de gente graúda do mercado: PETROWHAT?"

"Petrobrax", "O petróleo é vosso", "Yes, a Petrobrás também é minha", "Petrowhat?", eis os epítálios que deveriam ser gravados nos diplomas desses nossos "Doutores Honoris sem Causa."

Sylvio Massa de Campos é economista, empregado aposentado e um dos fundadores da Petrobrás Distribuidora. É autor de livros e artigos técnicos. 16/11/2009

"FAIXA LIVRE" DEBATE O PRÉ-SAL E A NOVA LEGISLAÇÃO DO PETRÓLEO

O programa "Faixa Livre" (Rádio Bandeirantes, 1360 kHz AM-Rio) do dia 06/11 compôs uma mesa de discussão sobre o Pré-Sal, notadamente a nova legislação do petróleo que está em fase de conclusão no Congresso Nacional. O apresentador Paulo Passarinho coordenou o debate, que contou com as presenças do engenheiro Paulo Metri, do diretor da AEPET Sylvio Sinedino e do diretor do Sindipetro-RJ Francisco Soriano. Metri destacou os diversos embates, no Congresso, entre grupos econômicos e políticos, defensores e contrários a entrega do nosso petróleo, e que, infelizmente, não chegaram ao conhecimento popular. Um embate que ainda se encontra polarizado é entre os contratos de concessões e de partilha. Os lobistas do setor privado, notadamente multinacional, defendem o regime de concessão, previsto na atual Lei 9478/97. Metri avalia que o regime de partilha sairá vitorioso, graças as contribuições de diversas entidades e lideranças da sociedade brasileira que puderam expor no Congresso a importância da União Federal retomar o controle do petróleo nacional.

2. Metri, destacou que a briga dos estados produtores do petróleo pela manutenção dos "royalties" e contrários à democratização desses recursos, é mesquinha, pois não faltarão recursos, na medida em que a produção do Pré-Sal for se desenvolvendo, até 2020. Metri citou alguns fatores que justificam a desnecessária preocupação dos governadores dos estados produtores [Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo]: a arrecadação com o setor petróleo vai aumentar consideravelmente nos próximos anos; haverá um importante aumento da produção de petróleo até 2020, que saltará para 5 milhões de barris de petróleo/dia, contra os atuais 2 milhões/barris; o preço do barril vai aumentar nos próximos anos; haverá um aumento da alíquota de arrecadação relacionada com 180 bilhões de dólares em 2020. "Num cobertor imenso desse ninguém vai sentir frio", destacou Metri. A arrecadação em 2020 será 1.800% maior que a arrecadação em 2009. "Não é possível que, com tanta fatura, consiga-se discutir sobre o rateio da arrecadação. O cobertor é imenso", ressaltou Metri.

3. O petroleiro e escritor Francisco

Soriano defendeu o retorno do monopólio estatal do petróleo e lembrou que nesta semana, no Senado Federal, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado (CDH), em audiência pública convocada pelo senador Paulo Paim (PT-RS), aprovou o projeto de lei dos movimentos sociais para uma nova legislação do setor petróleo brasileiro. Soriano ressaltou que a sociedade brasileira não pode se conformar em dar 20% de seu petróleo às empresas privadas, notadamente as multinacionais no projeto de partilha. Soriano, no entanto, considera que os projetos apresentados pelo governo Lula para uma nova legislação representam um avanço em relação ao estágio atual [Lei 4978/97].

O diretor da AEPET, Sylvio Sinedino, também presente ao debate sobre o Pré-Sal na mesma edição do Faixa Livre desta sexta-feira (06/11), concordou com Soriano de que o País não deve abrir mão de controlar totalmente o setor petróleo nacional. Sinedino, no entanto, também acha que os projetos atuais representam um avanço em relação ao que foi instituído por

FHC. Sinedino acredita que para o restabelecimento do monopólio estatal do petróleo, onde a União Federal tenha toda a participação no processo de produção do petróleo brasileiro, dependerá de grande mobilização popular, conforme ocorreu na campanha 'O Petróleo é Nosso'. 'O povo brasileiro deve se mobilizar tendo como inspiração o movimento 'O petróleo é nosso', que instituiu o monopólio estatal do petróleo e criou a Petrobrás. 'A Petrobrás não foi criada em gabinete, foi criada através do maior movimento popular do Brasil, que foi a campanha 'O Petróleo é nosso', sublinhou Sinedino.

4. O engenheiro Paulo Metri ressaltou que, por princípio, é favorável ao retorno do monopólio estatal do petróleo, mas que diante do quadro atual, polarizado entre modelo de concessão e o de partilha, este último é o melhor. Metri lembrou, também, que o projeto que propõe o retorno do referido monopólio, apresentado pelo deputado federal Fernando Marroni (PT-RS) não foi pensado ao Projeto de Lei 2502/2007, que visa alterar a Lei 9478/97, mas poderá ser votado no futuro. (JCM)

